IDENTIDADE CAMPONESA E IDENTIDADE ÉTNICA (UM ESTUDO DE CASO)

GIRALDA SEYFERTH
Museu Nacional, UFRJ

O objeto deste artigo é a dimensão étnica da identidade camponesa expressa, no sul do Brasil, pela categoria *colono*. Os dados empíricos que servem de base à análise foram obtidos em pesquisa de campo realizada nas localidades de D. Joaquim e Peterstrasse, município de Brusque, e no município de Guabiruba (Vale do Itajaí) — áreas que na segunda metade do século passado faziam parte de um projeto oficial de colonização com imigrantes europeus.

A elaboração de uma identidade camponesa com forte conteúdo étnico se realizou a partir do confronto com indivíduos oriundos de áreas rurais próximas, que não participaram diretamente do processo histórico de colonização, e são denominados *caboclos*.

O presente trabalho não tem pretensões generalizadoras: a análise aqui realizada completa outros dois textos sobre a identidade camponesa (Seyferth 1984, 1992), constituídos como "estudos de caso", apesar das semelhanças com situações análogas em outras regiões do sul do Brasil onde este confronto de ordem étnica existe (ver, por exemplo, Renk 1990).

I

Alguns trabalhos importantes que tratam da colonização européia no sul do Brasil apresentam contradições interessantes acerta dos seus resultados: exaltam os artesãos, os empresários e o próprio sistema colonial como

Anuário Antropológico/91
Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993

elementos fundamentais do desenvolvimento econômico do sul do Brasil; e ao mesmo tempo criticam (e, às vezes, até lamentam) uma espécie de "aculturação para baixo" de parte do campesinato, considerado "caboclizado". A "caboclização" é tema ausente dos textos de autores locais, sempre dispostos a exaltar os benefícios da colonização e as figuras de destaque na ordem econômica e política; mas a "decadência" do camponês de origem européia tornou-se um tema mais ou menos constante nas análises realizadas por cientistas sociais e geógrafos que enfatizaram o processo de assimilação. A influência da obra de Emílio Willems foi inegável, sobretudo os dois livros sobre a assimilação dos alemães, publicados em 1940 e 1946. Autores como Waibel (1958) e Martins (1989), por exemplo, se reportam a ela quando falam da transformação de alemães, italianos, poloneses, etc. — em caboclos.

Ao analisar a aculturação dos alemães, Willems remete às "influências negativas" do meio físico, aos "processos acomodativos" impostos pelas condições materiais do novo meio ou, ainda, à "acomodação material" decorrente de fatores mesológicos e econômicos — causas, para ele, do retrocesso técnico/econômico dos descendentes de imigrantes alemães. Não faltam comparações entre a imigração mais antiga e a mais recente, e os imigrantes instalados neste século em colônias como Hammonia (Ibirama), por exemplo, são por ele considerados mais eficientes do que seus congêneres do século XIX; por outro lado, a prosperidade econômica de certos núcleos industrializados desde o final do século passado é contraposta à decadência de outros, sobretudo daqueles que permaneceram isolados e com economia estritamente camponesa. Num certo momento da sua análise, parece aceitar a afirmação de Porzelt, que fala na "distância mental de um século entre o colono riograndense e o camponês alemão" (Willems 1940: 272).

O olhar crítico de Willems recai sobre grande parte do campesinato de origem alemã e sua "irracionalidade" econômica pré-capitalista, estranhando a persistência do sistema econômico baseado na pequena propriedade cultivada exclusivamente pela família, conforme citação de Wagemann (Willems 1940: 267-268). É quase como se a assimilação/aculturação tivesse ocorrido no sentido inverso ao esperado: em vez da racionalidade capitalista substituindo a mentalidade camponesa retrógrada, os colonos alemães adotaram a agricultura extensiva e a conseqüente mobilidade do caboclo brasileiro (sempre com a ressalva da influência negativa do meio). Eis aí, certamente,

o significado mais preciso da palavra "caboclização". Ela engloba, conceitualmente, a adoção da lavoura extensiva que, ao esgotar a terra rapidamente, face às técnicas primitivas de cultivo, leva à procura sistemática de novas terras. Nesse sentido, os colonos teriam sucumbido ao nomadismo caboclo e à "indolência" cabocla representada por menor jornada de trabalho, entre outras coisas. Willems até usa a palavra indolência entre aspas, mas não o faz relativizando o preconceito. Pelo contrário, diz taxativamente que a lavoura extensiva significa menos trabalho, daí a preferência do colono pelo sistema agrícola caboclo, e seu afastamento do sistema de produção mais "racional" e próprio do capitalismo. A mobilidade, tomada como sinônimo de nomadismo, decorre, para Willems, da abundância de terras virgens em áreas pioneiras, que teria gerado o desapego pela terra e a troca sistemática de uma propriedade por outra. Após quatro gerações fazendo *Raubau* (agricultura de rapina na designação alemã), os colonos teuto-brasileiros se tornaram quase incapazes de racionalizar sua produção. Willems, obviamente, estava preocupado com questões de assimilação, de aculturação, daí suas constantes observações sobre o "desnivelamento cultural" dos colonos, ou sua visão da cultura teuto-brasileira como marginal, ou, ainda, com a caboclização e as perdas culturais daí decorrentes.

O geógrafo Leo Waibel também aponta para a irracionalidade da agricultura extensiva praticada por pequenos proprietários. Concorda com Willems, que teria compreendido "o verdadeiro caráter do sistema agrícola dos colonos" e "seu efeito deteriorante sobre a cultura e a vida social". Ao adotar o "sistema agrícola mais extensivo e mais primitivo do mundo", os colonos teriam perdido elementos essenciais da sua cultura e tradição e, nas áreas de povoamento antigo e nas regiões remotas, "muitos colonos alemães, italianos, polacos e ucrainos tornaram-se verdadeiros 'caboclos'" (Waibel 1958: 226-227).

Wilson Martins, também citando Willems, refere-se aos inúmeros colonos que, "desamparados do meio cultural originário, 'caboclizaram-se' definitivamente, fenômeno observado em todas as regiões brasileiras de colonização". Ainda baseando-se em Willems, apresenta alguns "índices de definitiva assimilação" que são reveladores desta caboclização, como

> a "naturalidade" com que o teuto-brasileiro encara a floresta, habita uma casa de madeira sem vidraças, anda descalço, cria filhos analfabetos, cura doenças à

> maneira cabocla, toma chimarrão, usa o cavalo de montaria, a enxada e o revólver, embriaga-se com cachaça, etc. (Martins 1989: 136).

Diegues Jr. (1976: 137) utiliza quase a mesma lista de traços culturais para demonstrar a incorporação de "hábitos ou costumes do país" pelos imigrantes.

Nenhum desses autores tem, verdadeiramente, uma visão crítica dos problemas econômicos e sociais decorrentes do processo de colonização, que inviabilizaram a reprodução deste campesinato já a partir da segunda geração. Waibel até critica o tamanho do lote colonial ao tratar do conceito de *minimale Ackernahrung* (ou mínima quantidade de terras necessária para proporcionar a um agricultor e sua família um padrão econômico e cultural decente). O tamanho do lote, assim, deveria ser de 55 hectares em terra boa e de 80 a 105 hectares em terra ruim. Tanto a topografia como a condição do solo nas áreas de colonização européia provam que o tamanho de 25-30 hectares é pequeno demais (Waibel 1958: 240). Nestas circunstâncias, o esgotamento das terras somado à pequenez do lote colonial são condições que levaram à migração para as cidades e para as novas zonas pioneiras. Apesar da concordância com Willems sobre a caboclização, Waibel tem uma interpretação mais voltada para a questão fundiária e suas conseqüências. Na verdade, as causas da mobilidade têm muito pouco a ver com a pressuposta irracionalidade da agricultura extensiva e com a abundância de terras virgens. Como o próprio Waibel mostra, este sistema agrícola ocorreu no início do processo de colonização (a não ser em certas áreas onde persistiu mais tempo), sendo substituído pela rotação de terras e cultivos. A impossibilidade da reprodução do campesinato num sistema que tem como base a propriedade de 25 hectares, em regiões de terras pouco férteis, levou os colonos a novas áreas pioneiras ou à proletarização, apesar do progressivo melhoramento das técnicas agrícolas apontado por Waibel na sua tipologia.

Nem Waibel, nem Willems restringem o processo de caboclização à adoção pelos europeus do mais primitivo sistema agrícola do mundo (segundo seus termos). Este processo seria caracterizado também pelo empobrecimento e pela incorporação de elementos de uma cultura que, na sua totalidade, consideram inferior!

A pressuposição da inferioridade da cultura cabocla pode ser constatada nas recomendações finais de Waibel acerca da necessidade do governo

brasileiro privilegiar colônias etnicamente homogêneas, tal como fizera Handelmann (1931) em meados do século passado, sem contato imediato com a população rural nacional, de forma a evitar a adoção dos padrões brasileiros de cultivo, com suas conseqüências; e nas observações acerca dos colonos alemães de Guabiruba, a partir das informações obtidas em Willems:

> Esses colonos que não tiveram contacto com imigrantes recentes, esgotaram não somente suas terras, mas, ao mesmo tempo, sua capacidade de resistência à influência negativa do meio físico; baixaram os seus padrões físicos, culturais e econômicos, tornaram-se caboclos (Waibel 1958: 228).

Nomadismo, ignorância, desnivelamento cultural, desapego à propriedade, são termos utilizados por Willems para mostrar a distância que separa o colono do camponês alemão. Tudo isto estaria diretamente ligado à "cultura cabocla" (Willems 1946: capítulo VIII). Não faltam, nos seus textos, exemplos e descrições referentes ao Vale do Itajaí, em especial ao município de Brusque e a um dos seus distritos, Guabiruba. Waibel usa termos mais incisivos — como "deteriorização da terra e da gente" ou "existência miserável" desta mesma gente. E, mais uma vez, Guabiruba, através de Willems, serve como modelo:

> A divisão da propriedade chegou ao ponto que os sítios não mais sustentam as famílias numerosas, obrigando os filhos a procurarem trabalhos nas fábricas locais. O retalhamento acompanhado do esgotamento das terras e de um empobrecimento econômico, físico e moral da população, leva à proletarização lenta mas incoercível de centenas de famílias rurais. E isso está-se dando em uma região de imensas reservas de terras virgens (Waibel 1958: 240-241).

Aparentemente, nenhum dos autores mencionados parece perceber alguns equívocos expressos em suas interpretações — que no caso de Willems têm cunho generalizante. Basta retomar Guabiruba como exemplo — na época em que Willems fez sua pesquisa (década de 1930), um distrito do município de Brusque; hoje, município autônomo, que em 1980 possuía 7.150 habitantes, de acordo com o Recenseamento Geral. Situada no vale médio do Itajaí-Mirim, esta área fez parte de um projeto de colonização (a colônia Itajahy-Brusque) com imigrantes europeus, levado a cabo pelo governo provincial de Santa Catarina a partir de 1860. Em lotes de 25

hectares, ali foram assentadas famílias de imigrantes alemães (os únicos povoadores até 1874), italianos, poloneses, franceses e irlandeses (estes últimos não permaneceram na região). Com exceção das áreas próximas ao rio Itajaí-Mirim, os lotes foram demarcados em terrenos acidentados, pouco apropriados ao cultivo. Ao final do século XIX, só as terras montanhosas do alto Itajaí-Mirim ainda estavam disponíveis, mesmo assim disputadas por comerciantes interessados na exploração de madeira e calcáreo. A colonização propriamente dita terminou para toda a região na segunda década deste século, quando já não havia mais terras para ocupar. O excesso de imigrantes encaminhados à região no século XIX foi objeto de crítica por parte dos administradores da colônia Itajahy-Brusque. Enfim, onde estavam, nos anos trinta, as "imentsas reservas de terras virgens" da região, alardeadas por Willems e Waibel? Elas existiam no oeste catrinense, no Paraná, mas não nas antigas áreas coloniais do vale do Itajaí e de Joinville.

A participação de brasileiros no processo de colonização foi irrisória em toda a região e inexistiu em Guabiruba. Onde fica, então, a influência da cultura cabocla como base explicativa para o empobrecimento do campesinato local? Na verdade, os colonos vão entrar em contato com aqueles brasileiros identificados como caboclos no decorrer do processo de proletarização, na década de 1930.

O uso de técnicas agrícolas consideradas primitivas e a não evolução para uma condição semelhante à do *farmer* norte-americano — numa perspectiva de modernização agrícola de tipo capitalista -, além da constatação de um conjunto de problemas decorrentes do parcelamento dos lotes originais, presidem a insistência num conceito de caboclização quase estereotipado — como pode ser visto na listagem dos traços culturais realizada por Martins e Willems. Mas, apesar de uma visão de certo modo preconceituosa em relação a esta "cultura cabocla", os autores citados apontam para problemas reais de um campesinato que, já na segunda geração, teve sua reprodução social comprometida pela escassez de terras, que levou à proletarização ou à tão falada mobilidade no sentido de novas áreas abertas à colonização. Além disso, os próprios dados contidos nos textos apontam para as profundas diferenças culturais entre colonos e caboclos, apesar da problemática teórica voltada para o processo de assimilação dos imigrantes.

Os habitantes de Guabiruba (como os de outras áreas do Vale do Itajaí) certamente ficariam indignados com sua inclusão num processo sistemático de caboclização; ali, o pior estigma, ontem como hoje, é tornar-se caboclo.

Os colonos se percebem como diferentes dos caboclos e sua identidade social foi construída por oposição a este brasileiro do meio rural, sem que houvesse um contexto histórico de contato sistemático entre eles antes do crescimento industrial. As características que Waibel, Willems e outros apontam como parte do processo de caboclização dos imigrantes jamais são levadas em conta nas representações sobre a identidade camponesa. Afinal, a agricultura extensiva e seus desdobramentos (como na tipologia de Waibel), a mobilidade espacial, o meio físico, são elementos que colonos e caboclos têm em comum — portanto, não constituem critérios de diferenciação social e étnica.

Ninguém se torna caboclo porque pratica a coivara, ou porque os filhos se proletarizam, ou partem em busca de novas terras. Tais práticas, no universo do processo histórico de colonização, fazem parte das estratégias de reprodução social e econômica.

A proletarização do campesinato vem ocorrendo desde o final do século XIX; este processo recrudesceu na década de 1940, com a expansão do parque industrial têxtil de Brusque e Blumenau. Não houve uma saída sistemática em busca de novas frentes pioneiras no Paraná ou Mato Grosso, em grande parte porque a demanda de mão-de-obra na indústria têxtil absorveu os excedentes da população camponesa, dando condições para o aparecimento dos colonos com dupla ocupação. Estes mantêm sua condição de agricultor, combinando-a com um emprego urbano, usualmente na indústria.

A expansão do parque industrial nos últimos 30 anos coincidiu com o agravamento da crise fundiária: a escassez de terras para agricultura, o esgotamento dos solos, a fragmentação de grande parte dos lotes originais do sistema de colonização, impossibilitaram o assentamento da maior parte dos filhos de colonos na condição exclusiva de camponês. A *minimale Ackernahrung*, estabelecida por Waibel como essencial ao sucesso da colonização européia no sul do Brasil, só existiu no início do assentamento de imigrantes alemães em São Leopoldo, Rio Grande do Sul, em 1824; o modelo padrão de lote colonial no Vale do Itajaí tinha, aproximadamente, 25 hectares, sendo difícil para qualquer imigrante ter acesso a mais de um lote, especialmente numa colônia oficial como a de Brusque, cujo povoamento, entre 1860 e 1889, foi marcado por crises decorrentes do excesso de imigrantes. A reprodução na condição de camponês ficou difícil para os filhos dos imigrantes e a conseqüência, a longo prazo, foi a diminuição das áreas das *colônias* (as pequenas propriedades camponesas), apesar das estra-

tégias de transmissão da herança da terra privilegiarem os herdeiros masculinos ou o herdeiro único (Seyferth 1985).

Na região em pauta, portanto, predominam hoje as propriedades rurais com menos de 20 hectares e, especificamente em Guabiruba, mais da metade delas têm menos de 10 hectares. A permanência na condição de membro da comunidade rural só pode ser assegurada se parte dos membros da família tiverem algum tipo de ocupação fora da colônia. Assim, estamos diante de uma população rural diferenciada, e esta diferenciação se reflete na percepção das identidades sociais, apesar da existência de uma categoria de identificação única — colono — apropriada do jargão oficial do sistema de colonização, e cujo significado mais imediato diz respeito à condição de descendente de imigrantes europeus.

II

A identidade social, portanto, se expressa através da categoria *colono*, que possui um duplo significado: aparece como indicativa, em algum grau, de uma condição camponesa e, neste caso, são os valores camponeses que presidem sua definição; ao mesmo tempo possui um conteúdo étnico irredutível, que pressupõe uma distintividade cultural e, em certa medida, também racial, em relação àqueles brasileiros denominados caboclos.

No seu significado mais geral, a categoria colono é usada como sinônimo de agricultor de origem européia, e sua gênese remonta ao processo histórico de colonização. Para ser considerado colono não basta ser camponês, embora a condição camponesa seja igualmente essencial como critério de identificação. Também não é qualquer agricultor, pois a definição cabível é a de um pequeno proprietário rural que não emprega mão-de-obra assalariada permanente. Algumas características específicas do campesinato estão presentes como elementos de categorização: trabalho familiar, posse de terras em quantidade suficiente para permitir a atividade de cultivo, produção voltada em primeiro lugar para o consumo doméstico (privilegiando-se, assim, a policultura com criação), participação nas atividades de solidariedade etc. Nesse sentido, consideram-se distintos de outras categorias de produtores rurais, como aqueles que denominam "fazendeiros". A

categoria *fazendeiro* pressupõe a posse de uma área de terras muito maior do que uma colônia, e a utilização de mão-de-obra assalariada.

Existem, pois, limites óbvios entre os quais os colonos se situam: num extremo estão os fazendeiros (portanto, os produtores rurais não camponeses), num outro estão os trabalhadores assalariados "puros" e, por exclusão da condição camponesa (mesmo quando a possuem na prática), os caboclos como categoria genérica que, sob certas circunstâncias, pode ser utilizada para designar os brasileiros que não descendem de imigrantes europeus. O que caracteriza, em termos sócio-econômicos, a população rural do Vale do Itajaí é justamente a coexistência de unidades de produção camponesas com trabalho assalariado na indústria (e outras ocupações urbanas); isto é, a grande maioria das famílias de colonos tem pelo menos um dos seus membros exercendo atividade não agrícola. Pertencem àquele segmento da população rural definido na literatura sociológica como de "worker-peasants" — e teoricamente incluídos no âmbito do campesinato. Autores como Franklin (1969), Galeski (1972), entre outros, situam os "worker-peasants" na discussão sobre mudança social no campo, considerando a dupla ocupação como estratégia bem sucedida, mas transitória, no caminho da proletarização. Este segmento surgiu como estrato sócio-econômico naquelas regiões da Europa onde foi possível manter a pequena exploração camponesa associada ao trabalho industrial — ou seja, naquelas situações em que a proximidade relativa do mercado de trabalho urbano permitiu aos camponeses proletarizados o deslocamento diário do campo para o local de trabalho. Esta situação prevaleceu no Vale do Itajaí.

Não há uma simbiose perfeita dos colonos proletarizados de Brusque e Guabiruba com a cidade: eles pertencem à *colônia* enquanto sinônimo de comunidade rural. Estes "trabalhadores-camponeses" são qualificados como colonos não só porque vivem na colônia e exercem sua atividade tradicional — a policultura — mas porque mantêm algumas das características básicas da organização social, da cultura e da visão de mundo do campesinato que ali se formou desde 1860.

No entanto, a própria existência de um amplo segmento de camponeses que também são trabalhadores assalariados aponta para uma diferenciação social interna à classe dos colonos, expressada por um conjunto de categorias de identificação cuja definição envolve critérios de natureza econômica e ocupacional. Não são categorias de exclusão (porque não pressupõem a perda da condição social de colono), e não existem apenas como representa-

ção ou ideologia. Sua simbologia se baseia em elementos concretos que traduzem uma realidade vivida como crise de um sistema camponês tradicional incapaz de se reproduzir.

Nas representações dos próprios autores, a ênfase recai na questão da terra: o tamanho da propriedade de cada família é o ponto de partida e principal divisor entre colonos *fortes* e *fracos* (Seyferth 1992). Neste caso, a inexistência de uma política governamental para os pequenos produtores rurais e a especulação com terras realizada por empresários que não pertencem ao meio rural são apresentadas como causas da crise vivida pelo campesinato, e que leva à proletarização. No plano da ideologia, a proletarização, que "enfraquece" os colonos, não é apresentada como estratégia de reprodução social ou como escolha consciente dos filhos interessados numa profissão não agrícola; ela é sempre "obrigação" ou "ilusão". Todos os caminhos para a fábrica têm relação com a terra: a exclusão da herança, a subdivisão da propriedade em duas ou mais frações, a perda da safra em anos sucessivos, e assim por diante — daí a idéia de "obrigação", sinônimo de acontecimento (catastrófico ou não) que força o colono a fazer o que não quer. Na prática, porém, os filhos são encaminhados para uma profissão assalariada desde cedo, exatamente porque não existem condições objetivas de fazê-los todos colonos de tempo integral. O ato de transmissão do patrimônio fundiário costuma beneficiar apenas um dos herdeiros — a não ser naqueles casos em que o proprietário morre quando os filhos são menores: no processo de inventário não há deserdados e a divisão das terras é inevitável e eventualmente resolvida por acordo mais tarde. Apesar da tradição, a lei pode tornar-se elemento de fragmentação da colônia se o cônjuge que sobrevive (pai ou mãe) não facilitar a passagem da parte que lhe cabe na partilha (50%) para um dos filhos. O discurso dos colonos privilegia o fato catastrófico como determinante da proletarização; na realidade, os colonos não são "obrigados" (por alguma fatalidade) a "ir para a fábrica" e nem a "ilusão dos salários" pode ser tomada como dado absoluto, pois a ocupação fora da agricultura é o único caminho possível para a maioria dos jovens, inclusive para os que pretendem permanecer na comunidade.

A idéia do colono genérico aparentemente se desfaz diante da realidade objetiva da proletarização parcial ou total dos camponeses. No entanto, ela se concretiza, em primeiro lugar, na posse e cultivo da terra. Para ser considerado colono não basta morar na área rural; é preciso ter uma colônia, ou uma fração de colônia — o que pressupõe a produção de alimentos

no mínimo para o consumo da família. Ter uma colônia (ou fração dela), por sua vez, pressupõe que ela seja propriedade do colono (apesar da existência de arrendatários). A qualificação como colono implica também no pertencimento tradicional à comunidade rural — alguém cujos antepassados participaram do processo de colonização, que "tem raízes" — conforme os termos locais de identificação. Apesar da subjetividade do emprego desse e de outros termos semelhantes, o seu uso revela o peso dos critérios que costumam fazer parte do universo tradicional de representações sobre o *ethos* camponês. A dedicação à terra, o trabalho árduo, a produção de alimentos, o enraizamento (que se opõe à mobilidade atribuída aos caboclos), a liberdade, entre outras virtudes, constituem, tanto quanto a propriedade da terra, elementos de distinção do colono enquanto categoria social.

Neste ponto terminam as semelhanças e se estabelecem as distinções por que os colonos não são iguais, e as categorias de identificação determinam uma divisão entre camponeses de tempo integral e todos os demais. As categoria nativas mais amplas são duas: *colonos fortes* (no primeiro caso) e *colonos fracos* (no segundo caso). As famílias são classificadas numa ou noutra categoria a partir de um conjunto concreto de características que remetem ao plano econômico das relações sociais: disponibilidade de terras, natureza da ocupação não agrícola, importância relativa da agricultura no conjunto da renda familiar, formas de comercialização da produção, utilização de crédito bancário, modernização dos meios de produção etc.

Objetivamente, são classificáveis como colonos-fortes aqueles que possuem quantidade de terras suficiente para viver como agricultor, prescindindo do trabalho assalariado. Por outro lado, no plano das representações existe uma forte conotação tradicionalista desta identidade, como se estivesse reproduzindo as condições de vida características do passado colonial. Neste caso, os colonos fortes apresentam a colônia como microcosmo auto-suficiente (sendo esta também a visão dos colonos fracos, sempre dispostos a idealizar o passado). Mas, se por um lado o colono forte surge como representativo de um modo de vida camponês tradicional, por outro não escapa das contradições postas pelas necessidades de modernização e colocação dos filhos no mercado de trabalho industrial — pois a reprodução social depende dramaticamente de integridade territorial da colônia. O tamanho canônico de colônia interpretado como o mínimo ideal corresponde aos 25-30 hectares do antigo lote colonial. O significado disto é simples: a colônia só pode ter um herdeiro, e os filhos que não herdam devem ser

encaminhados para outra atividade antes do casamento, já que a escassez e os limites da renda familiar constituem impedimentos concretos à compra de terras para distribuir a todos os filhos. Assim, os colonos fortes podem prescindir do salário de alguns integrantes da família no que diz respeito à reprodução social, mas trabalhadores-camponeses vão existir em determinados momentos do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico. Não podem, portanto, prescindir da proletarização!

Apesar da aparente unicidade da categoria colono-forte, o conteúdo dos discursos aponta para algumas distinções não traduzíveis em outras identidades. Certamente o "mais forte" é idealmente representado pelo policultor tradicional, aquele "que planta de tudo um pouco", "tem seus animais", "vende o que sobra uma vez por semana para fregueses da cidade" e assim "tem sempre algum dinheiro no bolso". "Tradicional", aqui, não quer dizer que se trata de um pequeno produtor avesso à modernização: vender a uma clientela fixa na cidade implica, hoje, na posse de um veículo motorizado (em geral uma camionete); por outro lado, o uso de adubo não orgânico e de máquinas agrícolas tornou-se comùm na região e muitos possuem microtratores. Ser mais forte, entre outras coisas, significa vender os excedentes da produção sem intermediários. Os menos fortes, por sua vez, são os plantadores de fumo, também policultores, mas que comercializam "só uma safra por ano", dependendo, às vezes, de créditos bancários e da assistência da companhia de cigarros que compra a produção. A dependência de terceiros, neste caso, constitui o critério fundamental de distinção: o colono fumicultor, além de ter dinheiro "só uma vez por ano, ou duas quando a firma dá um adiantamento", planta de tudo um pouco somente para o consumo familiar mas, principalmente, pode ser obrigado a hipotecar sua propriedade (um risco que "enfraquece") e não tem poder para determinar os preços da safra. Uma terceira situação pode ser exemplificada pelos colonos que plantam "safra" de mandioca ou de arroz, e dependem das respectivas cooperativas (ou da indústria de fécula/descascadora) para comercializá-la. A palavra "safra", nos dois casos e, de modo geral, em toda a região, é usada como sinônimo de cultivo comercial — um produto plantado que se destina à venda. A renda familiar considerada nestes casos, descontados os gastos, é o produto em dinheiro da venda da safra ou da venda pulverizada a uma clientela. No mais, "plantar de tudo um pouco" tem a ver com o consumo familiar.

Quanto aos salários dos filhos solteiros,, não herdeiros, afirmam sua destinação para a compra de material de construção, ou até de pequenas parcelas de terra, cuja finalidade é assegurar futura moradia como condição indispensável para o casamento; de modo análogo, os salários das filhas solteiras seria destinado à composição de um dote ou enxoval. Ao pai compete administrar o dinheiro proveniente dos salários. Estas, pelo menos, são considerações de senso comum na região; na prática, porém, nem sempre a sucessão e a autoridade paterna (implícita nesta administração dos salários) obedecem aos ditames da tradição idealizada, e existem casos de conflitos entre pais e filhos relacionados tanto à herança da terra quanto à questão do assalariamento. Nos casos de conflitos admitidos e relatados, contudo, acabou por prevalescer o procedimento, considerado mais tradicional, de respeito à decisão paterna.

Se as distinções existentes entre os colonos fortes são quase imponderáveis (pois estão pressupostas as características que realmente fazem a "força" — como é o caso da propriedade de tamanho certo e a independência do assalariamento), o mesmo não ocorre no âmbito do outro grupo — o dos colonos fracos. Neste caso, aparecem algumas designações que remetem àqueles elementos constitutivos da "fraqueza": são classificados como "fracos" os colonos operários, arrendatários, tapeceiros e alugados — termos que remetem, de forma clara, à ocupação não agrícola de cada um desses segmentos (excetuando o segundo). Há, inclusive, uma hierarquização dessas sub-categorias, derivadas, em parte, da questão fundiária, mas que expressa também o grau de desqualificação social implícito na ordem em que são colocados os tapeceiros, arrendatários e alugados.

O grupo mais numeroso é constituído pelos colonos operários, quase sempre proprietários de uma fração de colônia (como também é o caso dos tapeceiros) — portanto, a principal diferenciação em relação aos colonos-fortes está na posse de terras insuficientes para assegurar uma renda familiar compatível apenas com a atividade agrícola. Em conseqüência, o proprietário, seus filhos e, muitas vezes, também sua mulher têm uma atividade assalariada na indústria. Alguns podem ser trabalhadores na construção civil ou outra atividade urbana; mas todos têm uma característica comum: possuem um "pedaço de terra" e, no mínimo, "plantam para o gasto". Consideram, ainda, ter um padrão de vida (moradia, alimentação, escolaridade, vestuário etc) igual ao dos colonos fortes, não havendo, de fato, diferenças significativas de renda familiar nos dois grupos. Na prática, a

jornada de trabalho dos colonos operários é substancialmente mais complexa porque têm de conciliar duas ocupações que não têm complementaridade, uma delas com horário rígido a ser cumprido num local de trabalho mais ou menos distante. Por isso mesmo, são menos camponeses e mais operários — apesar da categoria de identificação privilegiar a condição camponesa.

Os tapeceiros também têm a propriedade de terras, mas a ocupação não agrícola que exercem não implica no deslocamento para fora da área rural. Não são assalariados — recebem por produção — e, por isso, a atividade têxtil artesanal tem sido considerada uma tarefa de risco. O colono está submetido aos intermediários que comercializam os tapetes de resíduos têxteis confeccionados em teares manuais de madeira quase sempre colocados no espaço construído (rancho) destinado ao abrigo da colheita ou dos animais. Na maior parte dos casos, atribuem o engajamento nesta atividade à diminuição da oferta de emprego na indústria têxtil, resultante da modernização do parque industrial a partir da década de 1970. Na hierarquia das identidades estão numa posição inferior aos colonos-operários em virtude do rendimento precário e pequeno da sua atividade, mas, principalmente, porque, ao realizá-la no âmbito da propriedade, envolvendo todos os membros da família, produzindo muito porque o trabalho é mal pago, acabam por negligenciar as tarefas agrícolas — pecado capital para quem pretende ser colono.

Entre as qualidades atribuídas ao colono em geral figura com destaque o "cuidado" com a terra, os animais, as plantações; "cuidar da terra" (no sentido de torná-la produtiva) é uma expressão que distingue o "bom colono" dos demais. Apesar da subjetividade envolvida, existem indicadores bem precisos para identificar este "sinal de fraqueza": os tapeceiros são mais facilmente identificáveis pelos estranhos através dos resíduos postos para secar ao sol, da atividade de preparo desses resíduos realizado por crianças e mulheres no terreno que circunda a casa, etc. (quer dizer, pela atividade artesanal); os outros colonos, porém, acreditam poder identificá-los "pela capoeira que deixam crescer nas roças" ou pelo estábulo "que virou tecelagem", onde "em lugar de criar vacas penduram tapetes". A referência neste caso tem a ver com a atividade artesanal, mas a "falta de capricho", de "cuidado", desqualifica qualquer colono, assumindo inclusive uma conotação étnica, pois o "colono sem capricho" pode transformar-se em caboclo.

Outro critério importante é a idealização da propriedade da terra. A simples posse de um pedaço de terra não a transforma em colônia. A posse da terra através de um título de propriedade significa, nos termos locais, "criar raízes", "estar seguro". A categoria *posseiro* sequer existe na região, e o arrendamento, ausente em Guabiruba, é pouco freqüente em Brusque (onde cerca de 10% dos pequenos produtores rurais o utilizam, em grande parte complementando a área plantada em terras de sua propriedade). No sistema de classificação dos colonos, o arrendatário, mesmo quando não possui um trabalho assalariado, é incluído entre os "fracos" — "porque o ganho dele nunca é igual ao de um colono forte; ele tem de pagar para o dono da terra". A desigualdade do colono arrendatário se evidencia na suposta inferioridade da sua renda familiar e, principalmente, na falta de segurança atribuída a toda forma de posse da terra que não seja a propriedade.

Apesar dessa ênfase na propriedade da terra como elemento qualificador por excelência da condição de colono, existe uma última categoria embutida entre os "fracos" — o *alugado* — identificando habitantes da comunidade que não possuem terras para cultivar. O alugado não é apenas um operário, ou um assalariado que vive no meio rural. Atribuir a identidade de colono ao alugado significa reconhecê-lo como trabalhador rural. Esta categoria designa um grupo muito pequeno de indivíduos que trabalham temporariamente, menos de meia jornada diária, para outros colonos. Na hierarquização das identidades, está em último lugar, exatamente por exibir a maior fraqueza possível — é um colono operário sem terra. Situa-se no limite que separa os colonos fracos do proletariado; é, pois, o último dos colonos e se diferencia, minimamente, dos outros operários que vivem no campo, pelo exercício da atividade agrícola em tempo parcial.

III

A existência da categoria *alugado* parece configurar uma contradição, pois o critério por excelência da condição social de colono é a posse, preferencialmente a propriedade, da terra — a partir da qual se definem as demais qualidades, inclusive a policultura e o trabalho familiar. No entanto, esta contradição não se resolve pelo fator trabalho (agrícola), mas, sobretudo, pelo fator étnico: os alugados designados como colonos — "os mais

pobres", mas, ainda assim, colonos — "têm origem", isto é, descendem de imigrantes europeus. As virtudes listadas como legitimamente camponesas — que estes colonos alugados compartilham com os demais — são ambém virtudes étnicas que os distinguem dos caboclos ou brasileiros.

A elaboração da categoria colono como categoria étnica tem uma dimensão histórica associada ao processo pioneiro de povoamento do Vale do Itajaí e, de um modo geral, à colonização européia do sul do Brasil.

A estreita associação entre a colonização do sul do Brasil e a imigração não foi produzida, em primeira mão, pelos imigrantes ou seus descendentes. Os projetos oficiais de estabelecimento de colônias, os trabalhos, propostas, sugestões, publicadas sobre o assunto, e até mesmo a legislação brasileira, tinham como pressuposto que o processo de colonização das terras devolutas devia ser realizado com colonos imigrantes (preferencialmente europeus). O "elementos nacional", com raras exceções, foi considerado pouco adequado para tornar-se colono pequeno proprietário (Seyferth 1991). Só no início deste século, em virtude da não assimilação de um grande número de descendentes de imigrantes (considerada como problema político e risco à integridade nacional), apareceram propostas de estabelecimento de colônias mistas, envolvendo imigrantes de diferentes nacionalidades e brasileiros. O vínculo entre colonização e imigração, apesar da campanha de nacionalização iniciada em meados da década de 1930, manteve-se no plano oficial na década de 1940: ambas as políticas se faziam no âmbito do Conselho de Imigração e Colonização. A palavra colono, desde o século XIX, serviu como designação oficial para aqueles imigrantes que adquiriam um lote de terras em algum projeto de colonização. O sistema americano de povoamento e colonização (envolvendo grandes contingentes de imigrantes europeus) foi sistematicamente citado por autores brasileiros como padrão a ser seguido no Brasil, embora o *settler* americano estivesse bem distante do modelo de colono tutelado pelo Estado que aqui acabou prevalecendo em lugar do *Homestead* baseado na concessão de terras e na imigração espontânea (Smith 1967).

Como expressão de uma identidade camponesa, o termo colono foi atribuído aos imigrantes pelas leis e regulamentos que nortearam a política de colonização desde sua implementação no século XIX. Acabou se transformando numa identidade assumida pelos indivíduos que classificava, igualmente associada à imigração (européia). Grande parte dos imigrantes assentados no sul do Brasil tinham origem camponesa, mas *camponês* e

rural são termos pouco usados, hoje, em regiões como o Vale do Itajaí. O termo camponês foi substituído por colono, e é este que expressa a identidade social do pequeno proprietário rural policultor; de modo análogo, colônia é sinônimo de rural (no sentido amplo) e de pequena propriedade rural (em sentido restrito). As dimensões econômicas, sociais e étnicas implícitas na definição atual da categoria de identificação, portanto, remetem duplamente ao passado histórico: elas estão presentes tanto no significado oficial do termo colono, como na sua forma de apropriação por parte dos imigrantes e seus descendentes.

No período histórico de povoamento do Vale do Itajaí (iniciado em 1845 com a fundação da Colônia Belga de Ilhota, um empreendimento fracassado, e implementado a partir da fundação de Blumenau, em 1850) a política de colonização tinha como pressuposto fundamental o estabelecimento de colonos europeus, em pequenas propriedades (o lote, comprado a prazo), para produzir alimentos. Tratava-se de uma região de terras devolutas (atendendo, portanto, a outra das regras da política de colonização sacramentada em 1850), com pouquíssimas áreas ocupadas por posseiros interessados na extração de madeira, cujo povoamento só se completou na década de 1920 (uma das últimas colônias, Hammonia/Hansa, hoje Ibirama, foi fundada por alemães em 1899). O estabelecimento numa região coberta pela floresta subtropical, a presença de grupos indígenas, a precariedade dos serviços públicos essenciais (especialmente a demora na demarcação de lotes, a inexistência de vias de comunicação, as más condições sanitárias etc.), o isolamento e outros elementos que marcaram todo o processo de colonização serviram de base para uma elaboração étnica da categoria colono, principalmente a partir da década de 1930, associando-a a outra identidade atribuída aos imigrantes por seus descendentes — a de *pioneiro*.

As representações atuais sobre os pioneiros, fundamentadas no reconhecimento das condições objetivas do processo de colonização, já referidas, estabelecem um *ethos* do trabalho onde as virtudes camponesas se transformam em virtudes étnicas. Neste caso, a principal característica do colono pioneiro é a sua capacidade de trabalho, concebida geneticamente, e traduzida na transformação da floresta em colônia (tanto no seu sentido amplo como restrito). Nesse sentido, colonizar significa civilizar — os "imigrantes pioneiros", principalmente os alemães (dada a sua precedência sobre os demais), são apresentados como trabalhadores mais capazes e superiores do que os bugres, caboclos e brasileiros em geral.

Os discursos enfatizam a imagem pioneira de uma comunidade ideal construída pelos imigrantes a partir do trabalho familiar (implicando a participação de todos), através do qual surgiram as casas, as plantações (roças), as estradas, as escolas, as capelas, as associações — sem qualquer concurso do estado brasileiro. A "capacidade de trabalho" do colono é assumida como inata — uma qualidade daqueles que têm "origem", embora essa concepção seja mais forte entre os descendentes de alemães. Neste caso, os caboclos, por oposição, são apresentados como preguiçosos (ou malandros) natos e, por isso mesmo, incapazes de chegar à condição de colono. O apego ou amor à terra é outra característica de auto-atribuição, também associada ao *ethos* do trabalho implantado pelos pioneiros. Os colonos certamente não concordariam com os postulados de Willems sobre a caboclização: o apego à terra, à propriedade, é uma qualidade tão importante quanto a capacidade de trabalho; também é contraposto ao nomadismo caboclo e vem associado ao verbo *enraizar*. A terra aparece, assim, como bem inalienável e a mobilidade dos colonos vem associada a esta concepção — "os filhos só vão embora para a fábrica porque a terra não dá para todos". De qualquer modo, o ideário do pioneirismo implica numa valorização do passado, quando as virtudes camponesas podiam ser exercitadas na sua plenitude, e todos podiam ser colonos-fortes apesar das vicissitudes do isolamento. O próprio isolamento acaba sendo percebido como virtude, pois serve para destacar a suposta auto-suficiência da colônia pioneira.

Neste contexto de elaboração da categoria colono como identidade social privilegiada, deve-se observar que ela tem uma concepção bem mais genérica quando referida ao passado: não é designativa apenas do homem rural "de origem" alemã, italiana etc., mas incorpora todos os imigrantes que participaram do processo de colonização, inclusive aqueles estabelecidos na *Stadtplatz*. "Nesse nosso lugar (o Vale do Itajaí) tem muito pouca gente de origem que não tem colono na família" — esta frase resume o postulado da generalidade, e certamente exclui os "brasileiros". No século XIX, localidades como Brusque ou Blumenau podiam ser chamadas de *Stadtplatz*, algo equivalente a cidade, mas suas características estavam bem mais próximas de uma aldeia ou vila, ponto de referência ao mesmo tempo urbano e aldeão para o campesinato. Seus moradores, por certo, faziam parte da colônia!

O termo colono existe, portanto, como expressão de uma identidade social associada à imigração, desde o início do povoamento do Vale do

Itajaí, apropriado do discurso oficial. Sua apropriação, também como categoria étnica, contudo, foi reforçada na década de 1930, quando passou a ser mais intenso o contato com brasileiros (Seyferth 1982) — que chegaram à região atraídos pelo mercado de trabalho industrial. Chamados de "caboclos da praia", "tijucanos", "*Eidechse*", eram, em sua maioria, trabalhadores rurais da região litorânea do estado, em busca de melhores condições de vida; concorrentes diretos dos colonos proletarizados porque competiam no mesmo mercado de trabalho — a indústria têxtil. Além disso, o afluxo de migrantes rurais brasileiros se intensificou na mesma década (1930) em que o governo federal começou a campanha de nacionalização. Algumas medidas nacionalizadoras atingiram a população rural, como foi o caso do fechamento das escolas comunitárias teuto-brasileiras e da obrigatoriedade de uso público da língua portuguesa. Os dois fatores contribuíram para acentuar os preconceitos contra os caboclos — "essa gente preguiçosa que veio aqui mandar em quem trabalha", no dizer de um velho colono teuto-brasileiro. Contextualmente associados ao *ethos* do trabalho dos colonos e ao comportamento dos brasileiros durante a vigência da campanha de nacionalização, os estereótipos convergiam para uma das categorias de identidade atribuída aos caboclos — *Eidechse* — lagartos, simbolizando a preguiça e a falsidade.

Significativamente, nesta mesma década se inicia, nos meios teuto-brasileiros, uma campanha para instituir oficialmente o *dia do colono*. Este movimento não surgiu no âmbito das colônias; fez parte da mobilização, através das instituições comunitárias (escolas, associações culturais e recreativas, igrejas etc.) e da imprensa escrita em alemão, para reforçar a etnicidade teuto-brasileira. Fazer o estado brasileiro admitir oficialmente o dia do colono significava, também, o reconhecimento formal da associação, no sul do país, entre colonização e imigração — no caso específico a alemã, mas de modo algum restrita apenas aos imigrantes dessa origem.

Nos estados do sul, hoje, o dia do colono serve às muitas manifestações dos "sem terra", aos protestos dos pequenos produtores rurais contra a falta de uma política de preços mínimos etc., e muitos deles provavelmente não sabem por que a data é festejada a 25 de julho; os problemas sociais fazem submergir (mas não desaparecer) o seu caráter étnico original. No movimento pela oficialização do dia do colono, conforme pode ser constatado, por exemplo, em jornais como *Der Urwaldsbote* (Blumenau) e *Kolonie Zeitung* (Joinville), entre outros, reinvindicava-se a data de 25 julho porque

marcava o início da colonização alemã no Rio Grande do Sul. A mais antiga das colônias alemães, São Leopoldo, foi fundada a 25 de julho de 1824.

A legitimação de uma data comemorativa estava, portanto, vinculada à germanidade (*Deutschtum*) — o dia do colono devia simbolizar a conquista da floresta pelos imigrantes alemães pioneiros, a construção de uma pátria (*Heimat*) alemã no Brasil. (Ver, por exemplo, *Der Urwaldsbote*, 10-07-1934; *Kolonie Zeitung*, 27-07-1937). O uso da palavra *Heimat* referida às colônias tem um significado bem preciso: é a pátria em seu sentido ao mesmo mais restrito e mais amplo, o lugar onde a pessoa tem seu lar, onde convive com pessoas que têm a mesma origem e os mesmos costumes alemães, e é todo lugar do mundo onde se ouve a língua alemã, nos termos dos versos de Ernst Moritz Arndt (*Der Urwaldsbote*, 15-03-1935).

O dia do colono surgiu, assim, para enfatizar formalmente a contribuição (*Mitarbeit*) dos imigrantes alemães para o desenvolvimento do sul do Brasil; mas seu fundamento ideológico está situado no âmbito da germanidade. Mais tarde iria englobar o conjunto dos descendentes de imigrantes europeus estabelecidos em áreas de colonização, mas sua fundamentação inicial ressalta a capacidade de trabalho dos pioneiros alemães, na imagem de construção de prósperas comunidades onde só havia floresta, exatamente porque souberam preservar suas peculiaridades étnicas — pioneirismo e *Deutschtum* como as bases da identidade do colono (teuto-brasileiro).

O conteúdo étnico da identidade social, assim elaborado enquanto ideologia de pertencimento nacional, se preservou até hoje, sendo impossível considerar o termo colono como indicativo apenas de uma condição camponesa. Às características sociais, econômicas e culturais próprias de um *ethos* camponês se somam (e, às vezes, têm até mais importância) diferenças de ordem étnica, formuladas subjetivamente porque são associadas a uma idéia vaga de origem nacional, mas ao mesmo tempo podem ser substantivamente evidenciadas nas práticas cotidianas.

No plano étnico, a categoria colono engloba diferentes sub-categorias, dependendo da procedência de cada grupo imigrado. Mas tal distinção não leva em conta os valores camponeses — isto é, as classificações não colocam em dúvida a "campesinidade" dos descendentes de imigrantes, apesar de separá-los em "alemães", "italianos", "polacos" e até "badenses". A categoria de identificação mantém uma certa univocidade quando está em

jogo a condição de camponês, e é neste plano que se situa em oposição aos caboclos.

A identidade de colono, portanto, é elaborada em dois planos: no primeiro deles, à falta de critérios raciais mais óbvios, é evocada a *origem* (européia), que associa colonização com imigração; no segundo, são evocadas diferentes maneiras de ser camponês.

O substantivo *caboclo* é registrado nos dicionários de língua portuguesa como indicativo do mestiço de branco com índio, de cor acobreada e cabelos lisos, tendo como sinônimo mameluco, sertanejo, caipira etc. Na literatura antropológica e sociológica tem mais ou menos este mesmo sentido — prevalecendo como elemento característico a mestiçagem, próxima ou remota, de brancos e índios (Diegues Jr. 1976; Candido 1964); Willems usa a expressão "cultura cabocla" como resultado do modo de vida deste tipo de mestiço, enquanto Antonio Candido a engloba num conceito mais amplo de "cultura caipira" ou "rústica". O termo caboclo, de fato, tem diferentes significados regionais. No caso do Vale do Itajaí, está longe de evocar apenas mestiçagem com o índio, aliás chamado de *bugre* (verdadeiro estigma de selvageria); pode ter esse sentido em alguns momentos, o que ocorre, por exemplo, com referência a determinados segmentos da população do planalto catarinense. Na área onde foi realizada a pesquisa, caboclo é sinônimo de brasileiro descendente de luso (português); mais precisamente, trata-se da população dedicada à pesca e agricultura, localizada na área litorânea, descendente de açorianos, ou, num plano muito geral, qualquer estranho de origem lusa. Seu fenótipo não é o de um mestiço com índio. A única característica física acionada pelos colonos como elemento de identificação do caboclo é a estatura baixa. Não existem diferenciações baseadas na cor da pele, dos olhos etc. Mais comum é a referência ao lugar de onde provém o caboclo — a "praia": "caboclo da praia" também é uma categoria por si mesma!

Caboclo é, essencialmente, uma identidade atribuída pelos colonos quando estes se referem a pequenos proprietários rurais e a segmentos da classe operária que não são descendentes de imigrantes — que "vieram de fora", "de outros lugares", quando a obra da colonização já estava completada. A classificação como caboclos tem caráter de estigma, pois envolve atributos profundamente desacreditadores (Goffman 1963) que, neste caso, não se reportam a características fenotípicas relacionadas à mestiçagem,

como ocorre em outras regiões brasileiras. Aqueles indivíduos (ou famílias) rotulados como caboclos se auto-definem, simplesmente, como brasileiros.

Entre os principais atributos que desacreditam os caboclos estão aqueles evocados pela já referida categoria *Eidechse* — uma verdadeira categoria de crise, surgida no âmbito da campanha de nacionalização. Neste contexto, caboclos/brasileiros foram responsabilizados pelas denúncias que levaram muitos colonos à prisão, acusados de usar em público uma língua proibida, por exemplo — daí a desqualificação pela "falsidade" derivada da suposta inferioridade diante dos descendentes de pioneiros civilizadores. Na mesma época, os próprios teuto-brasileiros (fossem colonos ou não) foram estigmatizados por categorias que recusaram — como *alemão-batata*, *boche* e *5ª coluna* (numa alusão ao nazismo), todas implicando traição (ao Brasil). De qualquer modo, o descrédito social vai muito além, envolvendo todo um conjunto de estereótipos atribuídos aos caboclos e vinculados à questão do trabalho enquanto qualidade inata dos colonos. "Malandros", "preguiçosos", "atrasados", "sem raízes", "relaxados", "descuidados", "faulenzer" — estas são palavras usualmente empregadas para desqualificar os caboclos. Aliás, não é inteiramente gratuito o uso da palavra mandrião ou preguiçoso em alemão (faulenzer), que deriva de *faul* (podre). A utilização desabonadora destes termos pode ocorrer em diversos contextos, mas eles são usados com maior intensidade quando o assunto é o casamento interétnico: "casar com uma Silva dessas lá de baixo, só se eu quisesse ficar pobre de vez...". Pode-se perceber, em frases como esta, que até certos nomes de família mais comuns no Brasil servem como indicadores da condição de caboclo. Neste exemplo, "Silva" é o caboclo por excelência, até pela banalidade do nome! E a expressão "lá de baixo" remete à localização presumível do grupo caboclo — a "praia" — portanto, fora do âmbito da colônia. O caboclo, assim, é considerado um estranho que carrega o estigma da inferioridade étnica e social, ainda que a presuntiva "falta de origem" seja um critério extremamente vago de classificação.

A "origem" ("alemã", "italiana" etc.), na verdade, se tornou símbolo maior das várias etnicidades possíveis contidas na categoria colono. Ela pode não ser traduzível em características tão objetivas quanto o fenótipo, mas, enquanto símbolo, adquiriu uma existência objetiva porque, nos termos da definição de etnicidade de Cohen (1974), é aceita por outros no decurso da interação social dentro da coletividade. Segundo Cohen, em situações onde a etnicidade é uma questão relevante, rótulos étnicos não são conceitos

intelectuais neutros, mas símbolos que agitam fortes sentimentos e emoções, que influem no comportamento. Nesse sentido, "origem", usada como critério de elaboração da categoria social que serve como identidade básica, geral, de um grupo social que se opõe aos caboclos, expressa, por contraste, diferenças culturais. Tais diferenças definem os limites do grupo. Apesar de existir, internamente a este grupo, outra subdivisão em categorias mais obviamente étnicas, e que pressupõem diferenças nacionais, nem sempre muito tangíveis, os elementos que traduzem uma condição camponesa específica se transformam em critérios de classificação étnica elaborados ao longo de um processo de colonização compartilhado por imigrantes de diferentes procedências. Nesta situação, "origem comum" se articula com imigração, e ser "de origem" significa ter um antepassado imigrante; se este antepassado era italiano, alemão, ou mesmo polonês, não importa muito quando a categoria social de auto-atribuição é a do colono genérico.

Existem critérios de ordem racial que eventualmente podem ser acionados para distinguir os colonos dos caboclos; são quase imponderáveis, como a idéia de fraqueza física inata, mas quase nunca relacionados à mestiçagem. O número de negros na região é muito pequeno; em Guabiruba existe apenas uma família identificada como negra, e serve como parâmetro extremo da inferioridade do caboclo; mas não é usual identificar o caboclo com negros, índios ou mestiços. Nas concepções locais, o caboclo é visualizado como um branco inferior.

Nestas circunstâncias, os costumes, o modo de vida, enfim, as diferenças culturais, são acionadas para marcar os colonos enquanto grupo social distinto. Os elementos de contraste em relação aos caboclos são elaborados a partir das características próprias de um campesinato produzido pelo processo histórico de colonização — combinando diferentes tradições culturais. Entre eles podem ser incluídos: as formas de transmissão do patrimônio, organização do trabalho familiar, hábitos alimentares, a forma de posse da terra, o arranjo espacial da pequena propriedade, o tipo de habitação, a utilização familiar da língua materna etc. Na condenação explícita ao casamento inter-étnico com caboclo, por exemplo, emergem nos discursos os costumes relativos à herança e dote feminino, e os comportamentos a eles relacionados. Deve ser lembrado que os referidos caboclos vêm de áreas próximas que têm estrutura fundiária bem diferente. O Vale do Rio Tijucas, por exemplo, só em parte foi incluído em projetos de colonização, e muitos camponeses ali sofreram um processo de expropriação; existem proprieda-

des maiores, com monocultura de cana-de-açúcar, e muitos dos pequenos produtores são arrendatários ou parceiros (Gramkow 1983). Aqueles que deixaram esta área a partir da década de 1930 eram camponeses expropriados ou trabalhadores das propriedades maiores. OUtros são oriundos do litoral, onde associavam a atividade pesqueira artesanal com agricultura de subsistência (plantando, principalmente, mandioca).

O uso de classificações como "tijucano" e "caboclo da praia" mostra que o contraste se faz em relação aos pequenos produtores destas regiões, embora a convivência com estes "caboclos" se realize mais especificamente dentro das fábricas, ou com pequenos proprietários "brasileiros" que existem, em número reduzido, na colônia. Estes últimos se identificam como colonos, negando, assim, a identidade de caboclo que lhes é imputada. A identidade de colono é assumida como identidade étnica no contraste com camponeses e pescadores procedentes de um meio rural diverso, numa situação urbana. Os pequenos produtores que não descendem de imigrantes, estabelecidos na colônia, não são considerados como iguais.

Os elementos acionados como constitutivos dessa desigualdade fazem parte de uma cultura produzida a partir do início do processo de colonização — igualando, como colonos, todos os imigrantes e seus descendentes (apesar dos pressupostos étnicos e sociais que regulam a diferenciação interna). Os colonos não formam propriamente um grupo étnico nos termos das definições mais tradicionais encontradas na literatura antropológica, e criticadas por autores como Barth (1969), Aronson (1976) e Epstein (1978). O fato étnico é difícil de determinar teoricamente, e conceitos como os de grupo étnico, etnicidade, identidade étnica abarcam fenômenos muitos variados, conforme demonstram Glazer e Moyniham (1975). Mas estes mesmos autores constataram a persistência e a importância das formas de identificação social baseadas em critérios de ordem étnica, mesmo quando o caráter de grupo está bastante diluído e, nesse sentido, estamos diante de fenômenos extremamente variados, em que cada caso é um caso. Assim, enquanto identidade camponesa, a expressão *colono* tem um significado étnico, cujo conteúdo incorpora elementos de diferentes tradições culturais para formar uma cultura própria da colonização, além do pressuposto da origem e das formas de construir a oposição em relação aos "outros" — os caboclos.

A cultura própria da colonização se expressa de forma bastante variada. Em Guabiruba, por exemplo, não é incomum encontrar colonos "italianos" falando o dialeto badense no âmbito doméstico; por outro lado, mistu-

ram-se hábitos alimentares para chegar a uma dieta comum na colônia, onde "alemães" comem polenta e macarrão, e "italianos" fazem compotas e doces de frutas (o "Mus") e consomem "Sauerkraut" com "Bockwurst". Todos juntos também passam suas horas de lazer nas "canchas de bocha" — praticando um esporte de origem italiana! Mas o caboclo é sempre apontado como um notório consumidor de farinha de mandioca e cachaça.

Na prática, a maioria daqueles que são chamados de caboclos pertencem ao segmento pobre do operariado de Brusque, que vivem apenas do salário. Para eles a prática agrícola é uma utopia. As condições objetivas de expropriação dos "tijucanos", portanto, não importam muito no contexto da desqualificação do caboclo, apontado como alguém sempre disposto a abandonar sua terra pela "ilusão do salário", a trocar a agricultura por um "serviço mais leve", a se mudar de um lado para o outro "deixando tudo por conta de Deus".

Além disso, muitos dos pressupostos que servem para desqualificar os caboclos remetem, em primeiro lugar, às condições de vida nas regiões de onde procederam e, em segundo lugar, à pobreza atual enquanto habitantes da cidade e distantes das práticas camponesas. A questão da moradia serve como exemplo: *Schlammburger* é a expressão mais absoluta da estereotipia corrente sobre os caboclos — o morador das casas de taipa, "habitantes da lama", numa referência à matéria prima utilizada para cobrir as paredes de pau-a-pique. Albersheim (1962) observou o uso corrente do termo *Schlammburger* para designar os trabalhadores braçais brasileiros que permaneceram no Vale do Itajaí após a construção da estrada de ferro, nas décadas de 1940/50; em terras que não lhes pertenciam, construíram este tipo de moradia. A casa aparece, portanto, como representação visual da inferioridade cabocla, uma expressão de miséria derivada da preguiça, da indolência, da doença crônica, do vício do alcoolismo e outros tantos estereótipos. No passado existia, ainda, o estigma da sífilis e outras doenças venéreas como desqualificador do caboclo, pois a prostituição ocorria com maior freqüência neste segmento da população (Albersheim 1962). Deve ser observado que a "casa feita de lama" é muito mais uma representação derivada do pseudo-conhecimento de uma situação de vida anterior, dada pela categoria *Schlammburger*, do que da realidade atual, porque os segmentos mais pobres do operariado residem em casas de madeira (incluindo-se aí os "de origem"). Não existem casas de taipa na região; a qualidade da construção e as diferentes ordenações do espaço na área circundante são, entre

outras características, acionadas para diferenciar os estilos de vida do colono e do caboclo.

Neste caso, a distinção se faz a partir das práticas camponesas ligadas ao trabalho feminino, traduzível numa frase simples: "qualquer operário que foi colono, de origem, tem umas flores plantadas na frente da casa e um terreninho plantado nos fundos; já aqueles caboclos, se têm salário, não plantam nem um pé de couve pra comer".

A presença da horta, da "criação", a aparência da casa e do terreno que a circunda (ordem, limpeza, cortinas nas janelas, canteiros com flores etc.) — tudo isto é associado ao trabalho feminino, considerado uma qualidade camponesa que não está presente na mulher cabocla. A divisão do trabalho no âmbito das atividades produtivas, que destina à mulher a tarefa de cuidar da horta, dos animais domésticos (além da cooperação na roça), determina tal distinção. Às virtudes do trabalho camponês se opõem os estereótipos da preguiça cabocla. A categoria trabalho, neste contexto, diz respeito às atividades da produção, onde a horta e a criação de animais domésticos estão incluídos, e é pela ausência destes elementos que se supõe que "mulher cabocla não trabalha". Trata-se de uma ausência de fato, porque muitos caboclos podem até ser proprietários da casa onde moram, mas raramente têm terra para plantar uma horta — fator, aliás, pouco considerado na constituição dos estereótipos. Outras características, como a presença de jardim, a limpeza, reforçam o mito da "colona trabalhadeira". Enfim, temos aí a eficiência oposta à preguiça, concebidas como fatores genéticos, materializadas nas próprias condições objetivas de existência.

O costume de dotar as filhas e assegurar aos filhos condições mínimas para o casamento também serve para marcar as diferenças. O dote pode incluir desde uma vaca prenhe e aves até móveis, cortinas, máquina de costura e outros objetos que se supõem necessários dentro de um lar. Os filhos que não herdam a terra e a casa paterna devem ter assegurada sua própria casa, que pode ser construída em regime de mutirão com o auxílio de parentes e amigos. Não é comum a presença de mais de um filho casado na colônia paterna. Estas são regras tradicionais entre os colonos (incluídos aí os colonos-fracos) e a condenação aos casamentos com caboclos se baseia na inexistência de dote ("a cabocla quando casa vem só com a roupa do corpo"), de formação de uma nova unidade doméstica ("em vez de construir uma casa, caboclo só faz um puxado na casa do pai e mora ali mesmo, tudo amontoado") etc.

A oposição se completa com a valorização da propriedade da terra — fundamental na concepção da colônia enquanto unidade econômica e social. O apego à propriedade, expressado por uma frase banal na região — "terra não se vende, mas, se precisa vender, vende para um parente e não para um estranho" -, contrasta com o desenraizamento do caboclo que abandonou a terra para ser apenas operário.

A simbologia étnica, assim, encontra sua lógica na existência social de indivíduos e famílias de origem camponesa estranhos à colonização, e que são parte da camada mais proletarizada e pobre da população regional. Os preconceitos contra os caboclos, contudo, não impediram a realização de casamentos interétnicos, apesar da veemência com que são condenados. Estes casamentos são mais comuns no âmbito estrito da classe operária, mas também existem no segmento dos colonos-fracos, sendo muito raros entre os colonos-fortes. Faltam estatísticas precisas, mas a existência concreta de tais casamentos não diminuiu o grau de intolerância (pelo menos verbal) em relação a eles.

No contexto impreciso das concepções estereotipadas, o casamento com caboclo se transforma em estigma da desordem, na negação dos valores camponeses correspondentes ao *ethos* do trabalho. O caboclo é concebido com um camponês desqualificado, menos por suas características físicas externas e mais por causas socialmente determinadas, relacionadas ao seu modo de vida, às diferenças culturais construídas historicamente. Essa desqualificação atinge aqueles que deixaram o campo para ingressar no mercado de trabalho industrial (cumprindo o desígnio do nomadismo inato), os pequenos proprietários policultores "sem origem" que existem na colônia e, eventualmente, os colonos casados com caboclas (e vice-versa). Os indícios que sugerem uma possível "caboclização" são logo atribuídos à presença do cônjuge caboclo. Se nenhuma distinção for possível, argumenta-se que o conjuge "de origem" obteve êxito numa árdua tarefa educativa. Neste caso, o casamento com caboclo é apresentado como um risco, uma possibilidade de perda de todas as virtudes camponesas; um risco que eventualmente pode ser enfrentado através da ação educativa do cônjuge colono e seus pais, mas, principalmente, pela exacerbação do trabalho, como pode ser percebido em afirmações como: "se casou com caboclo, já sabe que vai trabalhar dobrado, senão vira caboclo também".

Segundo este discurso, o ato simples do casamento interétnico não determina automaticamente a caboclização; esta decorre da dificuldade de

superar a pressuposta preguiça inata do caboclo, que pode subverter a divisão de trabalho apropriada à boa organização da colônia. Tudo isto sugere que os limites grupais de natureza étnica, implícitos na questão da "origem" dos colonos, incorporam qualidades especificamente camponesas. Os caboclos, de fato, são apontados como camponeses desprovidos das virtudes próprias do campesinato, negando-se, portanto, sua condição camponesa.

O termo colono, enquanto categoria ampla de identificação, se refere a um grupo social que tem costumes próprios traduzíveis num conjunto de características culturais, sociais e étnicas compartilhadas. Enquanto grupo, se identificam genericamente por oposição aos caboclos, também chamados de *brasileirinhos* — um termo pejorativo, diminutivo cheio de significado, uma vez que a categoria *brasileiro* é indicativa de cidadania, sendo, nesse sentido, apropriada pelos colonos.

O contraste com os caboclos, porém, não exclui um outro tipo de diferenciação interna, baseada nas várias procedências nacionais dos imigrantes que se estabeleceram na região desde 1860. Esta diferenciação é de natureza diversa daquela que distingue os colonos fortes dos fracos, apontando para identidades étnicas que se manifestam sobretudo através do uso doméstico (e, em certos planos, comunitário) das respectivas línguas maternas. Não importa muito o grau de deturpação dos idiomas alemão, italiano ou polonês falados na colônia — todos modificados por expressões e palavras derivadas da língua portuguesa. Nesta esfera de diferenciação, onde a língua é, de fato, o elemento distintivo mais óbvio, predominam os conceitos estereotipados e a subjetividade. Existem, portanto, colonos "alemães", "italianos" e "poloneses", além de uma identidade regional alemã que qualifica os "alemães de Guabiruba" como "badenses". Esta classificação remete apenas à "origem" de cada um e não envolve qualquer referência de natureza fenotípica.

Existem hierarquizações pautadas pelos estereótipos, que variam conforme o grupo focalizado — a unanimidade só existe em relação ao lugar do caboclo, sempre na base mais inferior da pirâmide étnica. Os alemães, por exemplo, acreditam na sua maior eficiência e capacidade de trabalho como atributos inerentes à *germanidade*; os italianos argumentam com sua diligência produtiva, equiparando-se aos alemães, que não consideram superiores nem inferiores, mas não necessariamente iguais, porque teriam menos comprometimento com a frugalidade e a poupança. Os poloneses são designados por uma categoria pejorativa, mas não estigmatizante: o termo *polaco* é

sistematicamente empregado pelos demais, sem ser necessariamente definido. De qualquer modo, o atributo desabonador do polaco para os demais colonos é quase sempre a falsidade, sem explicações. A categoria polaco, assim, é explicativa por si mesma e não precisa de justificação. Como poloneses, recusam a identidade de polaco atribuída por alemães e italianos. Mas cada grupo, etnocentricamente, se situa em primeiro lugar numa ordem étnica hierarquizada.

Os estereótipos mais correntes enfatizam aspectos imponderáveis, relacionados ao comportamento presumível dos membros de cada grupo, como a "falsidade" dos polacos, a "avareza" e "ganância" dos italianos e a "mania de grandeza" dos alemães.

Os critérios acionados para justificar os estereótipos se situam nas práticas cotidianas. A moradia pode ser usada como exemplo. As casas de madeira são comuns, mesmo entre os colonos-fortes. Ainda são encontradas construções mais tipicamente étnicas, como as casas em enxaimel dos alemães, mas estas são antigas, remontando às décadas de 1930/40. As construções mais recentes, de madeira ou alvenaria, dificilmente têm marcas características das tradições alemã ou italiana. Pode-se presumir que uma família residente em casa de enxaimel é de origem alemã, mas a maioria dos colonos alemães residem em casas que não se distinguem, por sua construção, das casas de outros colonos. A percepção das diferenças está em detalhes como janelas de vidro ou madeira, cortinas, cor das paredes etc. Assim, para os alemães, uma casa pintada com cores fortes (amarela, verde) ou, ainda, uma casa de madeira sem vidraças, com "janela de pau, que custa menos", são indicativos da procedência italiana do seu proprietário. Nesse mesmo tipo de representação, uma casa sem pintura "só pode ser de um italiano ganancioso, que prefere guardar dinheiro". Em contrapartida, os alemães são vistos pelos italianos como colonos que se preocupam em demasia com a aparência da casa, e são menos previdentes com relação ao futuro; recusam o estereótipo da ganância, justificando a poupança de dinheiro para comprar terras para os filhos.

Os hábitos alimentares também podem servir à diferenciação, mas apenas em relação à origem. "Polenteiro", por exemplo, pode ser um termo pejorativo para designar o italiano, assim como existe a expressão "alemão-batata"; mas polenta e batata são, hoje, alimentos comuns a todos os colonos. Só mesmo as festas regionais para consumo turístico — como a *Kolonie Fest* de Guabiruba, ou sua congênere em Nova Trento — dão ênfa-

se à especificidade étnica da comida. O brasileiríssimo aipim é tão comum na mesa dos colonos quanto batatas e polenta, entrando, inclusive, na composição da massa do pão.

Os exemplos dados refletem o valor simbólico da origem nacional enquanto característica de atribuição da identidade étnica, que se materializa, na prática, pela utilização cotidiana da língua materna. Os outros indicadores de cada categoria de identificação, mesmo com suas formas estereotipadas, não têm igual importância, mas refletem a percepção de diferenças que de fato existem, e que são secundárias diante da realidade maior que corresponde à colônia.

A heterogeneidade das formas de identificação possíveis se completa com a existência social dos *badenses*. Como expressão de uma identidade regional alemã, pode ser mantida porque houve uma concentração de imigrantes oriundos de uma mesma área do Grão-ducado de Baden, e que chegaram em Guabiruba na década de 1860. Mantiveram seu dialeto e pelo menos uma outra característica cultural que permite distingui-los dos demais colonos — a prática da *Realteilung*, pela qual a propriedade camponesa deve ser dividida entre todos os herdeiros. Esta tradição não foi mantida por todos os badenses, mas ela é reconhecida como típica destes, e se materializa na estrutura fundiária: como pode ser verificado nos dados do *Censo Agropecuário* (Fundação IBGE 1983), a subdivisão das propriedades camponesas em Guabiruba foi muito maior do que em Brusque e, como conseqüência, a maior parte da população rural entra na categoria de colonos-fracos.

IV

A categoria colono foi construída, historicamente, como uma identidade coletiva com múltiplas dimensões sociais e étnicas. O modelo presente na caracterização desta identidade coletiva é aquele revelado pela tradição e representado, atualmente, pela fração mais valorizada do campesinato — a dos colonos-fortes. O modelo incorpora a representação idealizada da colônia, no seu sentido mais individualizado, como unidade de produção camponesa auto-suficiente. A identidade genérica, portanto, é constituída através da propriedade privada e do trabalho familiar e, em conseqüência, da poli-

cultura e criação como condições para uma auto-suficiência idealizada. Trata-se de uma construção ideal que, na prática, só pode ser minimamente representada através dos colonos-fortes, os quais, paradoxalmente, são minoritários em relação às demais categorias englobadas sob o rótulo de colonos-fracos. A identidade coletiva, na verdade, pressupõe a existência de camponeses verdadeiros, diferencialmente atingidos no decorrer de um processo de mudança social, cuja legitimidade advém da propriedade ou posse de terras suficientes para permitir alguma dedicação familiar ao trabalho agrícola e do pertencimento à colônia enquanto sinônimo de comunidade rural.

A imagem explorada na auto-identificação coletiva é a do colono-forte, considerado o mais verdadeiro dos camponeses, e esta imagem se contrapõe aos "outros" — genericamente, aqueles que não pertencem à colônia, entre os quais são incluídos os caboclos. O termo colono, sem adjetivos, estabelece a condição camponesa de uma população heterogênea, diferenciada, mas que assume uma identidade social comum fundamentada nas diferenças de usos, costumes, conduta cotidiana etc. — sentimentos da vida em comum, nos termos de Weber (1971), que tanto podem delinear os limites da comunidade étnica como estabelecer os parâmetros da condição social.

A identificação do colono como ser coletivo inclui tanto a objetividade dos fatores culturais e sociais, delineadores de uma comunidade camponesa específica, como a subjetividade de elementos etnicamente elaborados e contidos, sobretudo, na idéia de "origem" dada pela imigração.

A identidade, portanto, não está ancorada apenas numa oposição rural-urbano. Esta oposição existe porque os citadinos estão fora dos limites da colônia, mas, ao mesmo tempo, quase todos os colonos fracos, em algum grau, têm ocupação urbana. A ligação com a cidade através do trabalho estabelece, de fato, a diferenciação social interna existente na colônia. Ela é determinante, como observamos, das várias identidades possíveis de colonos fracos. Estas identidades, de certa forma, estabelecem graus de "campesinidade", numa escala que vai do colono forte mais tradicional ao alugado, ou, espacialmente, da colônia plena ao "sem terra" que trabalha para outro colono. No entanto, se existem colonos que são mais camponeses que os outros, a natureza coletiva da identidade permite a todos os seus diferentes parceiros assumir uma condição camponesa, incorporando suas virtudes. Neste sentido, a oposição rural-urbano, como constitutiva da identidade camponesa, dá lugar a uma oposição de tipo étnico, no confronto com um

intangível "caboclo da praia", "tijucano", "brasileirinho", despojado das qualidades que fazem o bom camponês e o bom trabalhador.

A atribuição desta identidade étnica negativa, também coletiva, supõe a desqualificação social através da subjetividade do discurso étnico (Weber 1971: capítulo IV). Os caboclos são, assim, excluídos de uma condição camponesa específica através da valorização simbólica de características distintivas, constituídas etnocentricamente, associadas ao seu modo de vida passado e presente.

A existência de algumas diferenças internas relacionadas à origem nacional, por outro lado, não compromete a idéia de um colono coletivo associado a um processo histórico específico, que foi compartilhado por seus antepassados. O fato histórico da colonização se transformou em critério fundamental e marcante da identidade do colono, superando as diferenças internas, étnicas e sociais.

BIBLIOGRAFIA

ALBERSHEIM, Ursula. 1962. *Uma Comunidade Teuto-brasileira (Jarim)*. Rio de Janeiro: CBPE/INEP.

ARONSON, D.R. 1976. "Ethnicity as a Cultural System". In *Ethnicity in the Americas* (F. Henry, org.). Paris: Mouton.

BARTH, Fredrik. 1969. "Introduction". In *Ethnic Groups and Boundaries* (F. Barth, org.). Londres: Allen & Unwin.

CANDIDO, Antonio. 1964. *Os Parceiros do Rio Bonito*. Rio de Janeiro: J. Olympio.

COHEN, Abner. 1974. "The Lesson of Ethnicity". In *Urban Ethnicity* (A. Cohen, org.). Londres: Tavistock.

DIÉGUES JR., M. 1976. *Etnias e Culturas no Brasil*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Brasília: INL.

EPSTEIN, A.L. 1978. *Ethos and Identity*. Londres: Tavistock.

FRANKLIN, S.H. 1969. *The European Peasantry. The Final Phase*. Londres: Methuen.

FUNDAÇÃO IBGE. 1983. *Censo Agropecuário: Santa Catarina*. Recenseamento Geral do Brasil, 1980, v. 2, t. 3.

GALESKI, G. 1972. *Basic Concepts of Rural Sociology*. Manchester: Manchester University Press.

GLAZER, N. & D.P. MOYNIHAN. 1975. "Introduction". In *Ethnicity: Theory and Experience*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

GOFFMAN, E. 1963. *Stigma. Notes on the Management of Spoiled Identity*. Englewood Cliffs, N. Jersey: Prentice-Hall.

GRAMKOW, M.M. 1983. *O Colono da Cana — Estudo sobre as Unidades de Produção Familiares do Vale do Rio Tijucas*. Dissertação de Mestrado, Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFSC.

HANDELMANN, H. 1931. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

MARTINS, Wilson. 1989. *Um Brasil Diferente*. 2ª edição. São Paulo: T.A. Queirós.

RENK, Arlene A. 1990. *A Luta da Erva: um Ofício Étnico da 'Nação Brasileira' no Oeste Catarinense*. Dissertação de Mestrado, PPGAS, Museu Nacional, UFRJ.

SEYFERTH, Giralda. 1982. *Nacionalismo e Identidade Étnica*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura.

______. 1984. Camponeses ou Operários? O Significado da Categoria 'Colono' numa Situação de Mudança. *Revista do Museu Paulista*, N.S., 29.

______. 1985. Herança e Estrutura Familiar Camponesa. *Boletim do Museu Nacional*, N.S., Antropologia, 52.

______. 1991. Os Paradoxos da Miscigenação: Observações sobre o Tema Imigração e raça no Brasil. *Estudos Afroasiáticos* 20.

______. 1992. As Contradições da Liberdade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 18.

SMITH, T. Lynn. 1967. *Brasil: Povo e Instituições*. Rio de Janeiro: Bloch.

WAGEMANN, Ernst. 1949. *A Colonização Alemã no Espírito Santo*. Rio de Janeiro: IBGE.

WAIBEL, Leo. 1958. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE.

WEBER, Max. 1971. *Economie et Société*. Paris: Plon.

WILLEMS, Emilio. 1940. *Assimilação e Populações Marginais no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

______. 1946. *Aculturação dos Alemães no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.